

Cargo: M01 – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**Disciplina: LEGISLAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
21	com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, que alterou a Constituição em 2009.	Quando a Constituição Federal foi aprovada, em 1988, não havia a garantia da educação obrigatória dos 4 aos 17 anos, apenas o ensino fundamental era obrigatório. A resposta traz o primeiro marco legal brasileiro que garante a universalização da educação obrigatória dos 4 aos 17 anos. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também foi alterada, apenas para regulamentar a emenda feita à Constituição, legislação hierarquicamente superior. As emendas compõem a Constituição Federal em seu estado atual, logo as mesmas fazem parte dela, não podendo ser tratadas como legislações específicas não previstas no Edital. Portanto, a única alternativa possível era a que se referia à Emenda Constitucional nº 59.	Indeferido	-
22	Regime em que os entes federados e os setores público e privado cooperam entre si para a efetivação de políticas públicas de interesse da sociedade.	O regime de colaboração é um modo de organização dos entes federados para a efetivação de objetivos comuns. Nele, pode-se fazer uso de estrutura pública e também privada. Na prática, o regime de colaboração se dá com cessão de profissionais e espaços, transferência de verbas, cooperação técnica e formativa, podendo inclusive envolver recursos do setor privado. Portanto, na Constituição, não há nenhum impedimento à participação dos diferentes setores para a efetivação do regime de colaboração.	Indeferido	-
24	Educação domiciliar.	A obrigatoriedade da frequência à escola é o principal impeditivo para que a educação domiciliar possa ser autorizada de maneira universal no Brasil. Mesmo na modalidade à distância, há obrigatoriedade de frequência mínima à instituição de ensino na qual o aluno está matriculado. O Estatuto da Criança e do Adolescente garante que o estudante tenha a frequência escolar como direito, não apenas a educação escolar, como prevê a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Portanto, mesmo não sendo objetivo do artigo a definição de modalidades, sua redação gera uma vedação direta à educação domiciliar.	Indeferido	-
25	Ensino Médio.	A Lei no 13.415, também conhecida como reforma do Ensino	Indeferido	-

		Médio, altera diretamente o Ensino Médio, inclusive em suas formas de oferta vinculadas à educação profissional técnica de nível médio. Porém, o termo Educação Profissional é tratado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como uma unidade que abarca a educação profissional e tecnológica, logo, contempla a educação básica e também a educação superior. Por mais que a reforma tenha trazido alterações indiretas à educação profissional, ele altera diretamente o Ensino Médio.		
26	curso sequenciais, voltados para o aprofundamento dos conhecimentos do ensino médio e cursos de extensão, voltados para diversificação curricular, cultural e científica.	Pelo fato das definições usadas não constarem na LDB, a banca acata os recursos e anula a questão.	Deferido	Anulada
29	posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso.	Trata-se de questão inédita, construída pela banca sem consulta a qualquer outro certame. O fato de utilizar resposta textual do que consta em lei pode fazer parecer que se trata da mesma questão, mas não é o caso.	Indeferido	-
30	interna, formada por servidores do Instituto.	O objetivo da questão é mostrar que são os próprios servidores do Instituto que formam as Comissões para supervisão do Plano de Carreira e Cargos dos Técnicos-Administrativos em Educação e não membros externos, tampouco discentes. A alternativa está correta, pois apesar de não especificar que servidores são esses, dá conta da realidade e não faz nenhuma falsa afirmação.	Indeferido	-

Cargo: M02 – TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA**Disciplina: LEGISLAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
22	Regime em que os entes federados e os setores público e privado cooperam entre si para a efetivação de políticas públicas de interesse da sociedade.	O regime de colaboração é um modo de organização dos entes federados para a efetivação de objetivos comuns. Nele, pode-se fazer uso de estrutura pública e também privada. Na prática, o regime de colaboração se dá com cessão de profissionais e espaços, transferência de verbas, cooperação técnica e formativa, podendo inclusive envolver recursos do setor privado. Portanto, na Constituição, não há nenhum impedimento à participação dos diferentes setores para a efetivação do regime de colaboração.	Indeferido	-
26	cursos sequenciais, voltados para o aprofundamento dos conhecimentos do ensino médio e cursos de extensão, voltados para diversificação curricular, cultural e científica.	Pelo fato das definições usadas não constarem na LDB, a banca acata os recursos e anula a questão.	Deferido	Anulada

Cargo: S01 – ADMINISTRADOR

Disciplina: LEGISLAÇÃO

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
21	com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, que alterou a Constituição em 2009.	Quando a Constituição Federal foi aprovada, em 1988, não havia a garantia da educação obrigatória dos 4 aos 17 anos, apenas o ensino fundamental era obrigatório. A resposta traz o primeiro marco legal brasileiro que garante a universalização da educação obrigatória dos 4 aos 17 anos. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também foi alterada, apenas para regulamentar a emenda feita à Constituição, legislação hierarquicamente superior. As emendas compõem a Constituição Federal em seu estado atual, logo as mesmas fazem parte dela, não podendo ser tratadas como legislações específicas não previstas no Edital. Portanto, a única alternativa possível era a que se referia à Emenda Constitucional nº 59.	Indeferido	-
24	Educação domiciliar.	A obrigatoriedade da frequência à escola é o principal impeditivo para que a educação domiciliar possa ser autorizada de maneira universal no Brasil. Mesmo na modalidade à distância, há obrigatoriedade de frequência mínima à instituição de ensino na qual o aluno está matriculado. O Estatuto da Criança e do Adolescente garante que o estudante tenha a frequência escolar como direito, não apenas a educação escolar, como prevê a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Portanto, mesmo não sendo objetivo do artigo a definição de modalidades, sua redação gera uma vedação direta à educação domiciliar.	Indeferido	-
26	cursos sequenciais, voltados para o aprofundamento dos conhecimentos do ensino médio e cursos de extensão, voltados para diversificação curricular, cultural e científica.	Pelo fato das definições usadas não constarem na LDB, a banca acata os recursos e anula a questão.	Deferido	Anulada

Cargo: S02 – ANALISTA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**Disciplina: LEGISLAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
26	cursos sequenciais, voltados para o aprofundamento dos conhecimentos do ensino médio e cursos de extensão, voltados para diversificação curricular, cultural e científica.	Pelo fato das definições usadas não constarem na LDB, a banca acata os recursos e anula a questão.	Deferido	Anulada

Cargo: S03 – BIBLIOTECÁRIO/ DOCUMENTALISTA**Disciplina: LEGISLAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
26	cursos sequenciais, voltados para o aprofundamento dos conhecimentos do ensino médio e cursos de extensão, voltados para diversificação curricular, cultural e científica.	Pelo fato das definições usadas não constarem na LDB, a banca acata os recursos e anula a questão.	Deferido	Anulada

Cargo: S04 – ENGENHEIRO CIVIL**Disciplina: LEGISLAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
26	cursos sequenciais, voltados para o aprofundamento dos conhecimentos do	Pelo fato das definições usadas não constarem na LDB, a banca acata os recursos e anula a questão.	Deferido	Anulada

	ensino médio e cursos de extensão, voltados para diversificação curricular, cultural e científica.			
--	--	--	--	--

Cargo: S05 – ENGENHEIRO ELETRICISTA**Disciplina: LEGISLAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
26	cursos sequenciais, voltados para o aprofundamento dos conhecimentos do ensino médio e cursos de extensão, voltados para diversificação curricular, cultural e científica.	Pelo fato das definições usadas não constarem na LDB, a banca acata os recursos e anula a questão.	Deferido	Anulada

Cargo: S06 – PEDAGOGO**Disciplina: LEGISLAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
21	com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, que alterou a Constituição em 2009.	Quando a Constituição Federal foi aprovada, em 1988, não havia a garantia da educação obrigatória dos 4 aos 17 anos, apenas o ensino fundamental era obrigatório. A resposta traz o primeiro marco legal brasileiro que garante a universalização da educação obrigatória dos 4 aos 17 anos. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também foi alterada, apenas para regulamentar a emenda feita à Constituição, legislação hierarquicamente superior. As emendas compõem a Constituição Federal em seu estado atual, logo as mesmas fazem parte dela, não podendo ser tratadas como legislações específicas não previstas no Edital. Portanto, a única alternativa possível era a que se referia à Emenda Constitucional nº 59.	Indeferido	-
26	cursos sequenciais, voltados para o aprofundamento dos conhecimentos do ensino médio e cursos de extensão, voltados para diversificação curricular, cultural e científica.	Pelo fato das definições usadas não constarem na LDB, a banca acata os recursos e anula a questão.	Deferido	Anulada